



Claudio Almeida, da Aben: Desafios da energia nuclear no Brasil

Faremos todo o esforço para que a energia nuclear seja adequadamente considerada dentro da matriz energética brasileira no planejamento para o futuro

Por **Claudio Almeida** | 18/02/2019

O maior desafio da energia nuclear no Brasil atualmente é a necessidade do estabelecimento formal de um verdadeiro programa nuclear brasileiro.

Em 2017, o governo alterou o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro a fim de fixar, por meio de resolução, diretrizes e metas para os novos rumos da política nuclear no Brasil. Este comitê, composto por vários ministérios e organizações sob a coordenação do Gabinete de Segurança Institucional, preparou uma proposta de decreto, recentemente aprovada pelo governo, que consolida as diretrizes sobre a Política Nuclear Brasileira. O decreto, em seu artigo 5º, especifica 19 objetivos da política nuclear, entre eles, “atender às decisões futuras do setor energético quanto ao fornecimento de energia limpa e firme por meio da geração nucleoeletrica”.

É importante que se monitore e incentive as atividades desse comitê com vistas à implementação de um verdadeiro programa nuclear brasileiro. Este programa deve promover a retomada da construção de Angra 3, a ampliação das atividades das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) para todos os campos do ciclo do combustível nuclear, a construção do Reator

Multipropósito Brasileiro (RMB), bem como a maior utilização de técnicas nucleares e radioisótopos na medicina, indústria e agricultura.

Faremos todo o esforço para que a energia nuclear seja adequadamente considerada dentro da matriz energética brasileira no planejamento para o futuro - notadamente no Plano Nacional de Energia 2050 -, tendo em vista sua vantagem como geradora de base ao considerar o aumento da contribuição da energia eólica e solar e as variações na capacidade da geração hidroelétrica, o que tem obrigado o uso de termelétricas a óleo, gás e até carvão, mais caras e com características de geração de gases de efeito estufa.

O valor de R\$ 480,00/MWh estabelecido para a usina de Angra 3 está em linha com o que será cobrado por usinas nucleares em construção no exterior e em patamar inferior ao de diversas usinas térmicas convencionais em operação no país, o que deve tornar o empreendimento atrativo para investidores internacionais.

Outra área essencial ao programa nuclear brasileiro é a ampliação das instalações de enriquecimento isotópico e a construção da instalação de conversão de hexafluoreto de urânio. Em 2006, começou a operar na INB, em Resende, o primeiro módulo da cascata de centrífugas para enriquecimento de urânio em escala industrial. Hoje, já existem sete cascatas em operação e a sua ampliação viabilizaria o fornecimento de combustível nuclear para as três usinas. Quanto à instalação de uma unidade industrial de conversão de hexafluoreto de urânio, cuja tecnologia já dominamos em nível laboratorial, completaria o ciclo do combustível nuclear, tornando o Brasil independente de serviços externos.

Além disso, é necessário ampliar as ações de promoção do uso pacífico da energia nuclear em todas as suas formas de aplicações, ressaltando os usos na saúde, indústria, agricultura, pesquisa e artes. Por tudo isso, é que se torna necessária a reestruturação do programa nuclear brasileiro e estaremos atentos a este desenvolvimento, analisando as propostas e colaborando sempre que possível, a fim de alcançar estes desafios. Sabemos que a tarefa não é simples, mas esperamos que o Brasil esteja pronto para enfrentá-la.

Claudio Almeida é Doutor em Energia Nuclear pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology) e presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben).

Fonte: Brasil Energia (o artigo foi publicado originalmente [aqui](#))